

Indicação Geográfica: uma prospecção sobre gestão em IG

Geographical Indication: a survey on management in IG

Luliane Machado Cardoso¹, Paulo Augusto Ramalho de Souza¹, Johnata Moraes Figueira¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi realizar uma prospecção de possíveis produtos existentes relacionados à gestão de Indicações Geográficas pós-concessão do registro. A busca foi realizada no mês de junho de 2023. Analisou-se o portal de periódicos da Web of Science e do Google Acadêmico e as plataformas de instituições apoiadoras de IG's para verificar o estado da arte. Os resultados foram codificados e categorizados com auxílio do *software* NVivo. Nas plataformas das instituições apoiadoras, a busca foi realizada utilizando o termo “Indicação Geográfica”. Para verificar o estado da técnica, foram examinados o Google Shopping e a Amazon, a partir da busca pelas palavras “Indicação Geográfica”. Constatou-se que existem muitos estudos relacionados ao tema IG, analisando novos potenciais de Indicação Geográfica, orientações para registro, normas de regulamentação, etc., porém, conclui-se que não foi identificado no estado da arte ou da técnica material que oriente a gestão de IGs, pós-concessão do registro.

Palavras-chave: Gestão; Indicação Geográfica; Prospecção.

Áreas Tecnológicas: Indicação Geográfica. Propriedade Intelectual.

Abstract

The objective of this research was to carry out a prospecting of possible existing products related to the management of Geographical Indications post-registration of the concession. The search was carried out in June 2023. The journal portal Web of Science and Google Academic and the platforms of institutions that support IGs were analyzed to verify the state of the art. The results were coded and categorized with NVivo software. On the platforms of the supporting institutions, the research was carried out using the term “Geographical Indication”. To check the state of the art, Google Shopping and Amazon were searched for the words “Geographical indication”. It was found that there are many studies related to the theme GI, analyzing new potentials of Geographical Indication, guidelines for registration, regulatory standards, etc., but it is concluded that it has not been identified in the state of the art or post-concession of registration.

Keywords: Management; Geographical Indication; Prospection.

1 Introdução

A Propriedade Intelectual (PI) se divide em três modalidades: propriedade industrial, direito autoral e proteção *sui generis*, que se subdividem para garantir especificidade e proteção de cada ativo, visto que possuem características únicas. Em todos os casos, a presença da inovação é característica peculiar, porém, diferente dos demais ativos que compõem a modalidade propriedade industrial, cujo foco da inovação é no futuro, a Indicação Geográfica (IG) diferencia-se por ter seu foco no passado, ou seja, por associar a inovação a produtos/patrimônios regionais da cultura brasileira que se tornaram tradicionais ao longo do tempo (Chimento; Vieira; Moreira, 2016).

O fator tradição está relacionado à influência do ambiente geográfico na produção, às condições de processamento, ao *know-how*, à história do produto e ao conhecimento tácito utilizado nas diferentes etapas de produção (Sautier; Biénabe; Cerdan, 2011). Já o fator inovação deve perpassar a questão produtiva, organizacional, as estratégias de marketing (Mafra, 2008) e a cooperação entre os atores da IG e as instituições para enfrentamento de barreiras para entrada em novos mercados e gestão da IG (Rangel *et al.*, 2024).

O registro de IG é concedido a produtos e serviços que se distinguem por sua origem geográfica e pelos atributos decorrentes das condições naturais e culturais da área de produção e prestação de serviços. IGs constituem uma estratégia de diferenciação no mercado e de valorização dos produtos ou serviços ao proteger suas características singulares associadas ao território, que incluem elementos como o clima, o solo e as tradições locais. Além disso, as IGs atuam como um suporte, promovendo e exaltando a tradição, a biodiversidade local, o desenvolvimento econômico e a continuidade dos saberes e conhecimentos tradicionais. Além de diferenciar os produtos no mercado, as IGs também asseguram ao consumidor a origem produtiva. Por isso, as IGs são visualizadas não apenas como certificadora quanto à procedência e qualidade dos produtos e serviços, mas também como meio de promoção de relação de confiança com o consumidor, ao garantir a proteção e a exclusividade de produtos intimamente ligados a seus territórios de origem (Brandão, 2014; Fante; Dallabrida, 2016; Oliveira, 2015; Yamaguchi *et al.*, 2013).

De acordo com o artigo 182 da Lei de Propriedade Industrial (LPI), Lei n. 9.279/1996, a qual regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, incluindo as Indicações Geográficas, o INPI é o responsável por estabelecer as condições de registro das IGs (Brasil, 1996; INPI, 2023). No entanto, antes mesmo de ter seu pedido de concessão depositado no INPI, os gestores de uma IG devem delinear um modelo de gestão, indicadores de *performance*, com foco em promover os melhores resultados

econômicos e sociais (Juk; Fuck, 2015). Isso ocorre, pois o simples registro da IG não garante vantagem competitiva e diferencial econômico.

A administração de IGs é um desafio principalmente em associações e cooperativas de pequenos produtores e artesãos. Muitas das lideranças não possuem formação técnica na área de administração, gestão ou gerência estratégica. A obtenção de selos de IG por meio do registro é consideravelmente recente no Brasil, e a falta de qualificação profissional dos gestores dificulta a administração, que deveria implementar estratégias para assegurar a sustentabilidade econômica e aprimorar a competitividade no mercado (Bianchini, 2019; Lopes, 2022; Mafra, 2008; Venâncio *et al.*, 2023).

Para uma administração eficaz, é essencial que a IG adote modelos de gestão que estejam alinhados às demandas do mercado consumidor, organizando as estruturas internas e aprimorando a eficiência dos processos. Esses modelos, fundamentados em boas práticas observadas em países europeus, valorizam a origem dos produtos e promovem a adoção de inovações tanto no processo produtivo quanto na gestão institucional. Nesse sentido, as IGs podem servir como uma ferramenta estratégica para impulsionar o desenvolvimento regional de forma sustentável, ampliando não apenas o crescimento econômico, mas também o fortalecimento do sentimento de pertencimento e o protagonismo das comunidades locais, bem como a preservação ambiental. Dessarte, a articulação dos diversos atores, como governo, entidade de apoio ao comércio e a indústria, é essencial para a criação de políticas que atendam às demandas e aos interesses das comunidades em que estão inseridas as IGs. Entretanto, para que se possa potencializá-las, é fundamental profissionalizar a sua gestão, considerando-as como verdadeiros negócios e buscando simplificar processos administrativos e comerciais para se obter resultados mais significativos (Bianchini, 2019; Lopes, 2022; Mafra, 2008; Venâncio *et al.*, 2023).

A finalidade desta prospecção é verificar o estado da arte e da técnica sobre a existência de produto (livro, material didático, manual, artigos) que aborde gestão de organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras.

2 Metodologia

Com o intuito de verificar a existência de produtos (livro, material didático, manual) disponíveis no mercado que abordem gestão de organizações integrantes de Indicações Geográficas pós-concessão do registro, foram realizadas buscas no *site* da Amazon e Google Shopping, a partir da pesquisa das palavras “Indicação Geográfica”.

Posteriormente, para verificar o que há no estado da arte, realizou-se busca nas bases de dados do INPI e de outros atores parceiros como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como em base de dados de artigos, Portal de Periódicos Web of Science e Google Acadêmico. Nos *sites* do INPI, Sebrae, Embrapa e MDA, a pesquisa foi realizada utilizando o termo “Indicação Geográfica”.

A base de dados do INPI é composta das seguintes opções: marca, desenho industrial, programa de computador, transferência de tecnologia, patente, indicação geográfica, topografia de circuito integrado e informação tecnológica de patentes. Considerando o objetivo da pesquisa, foram realizadas buscas nas bases por: marcas, patente e Indicação Geográfica.

No Google Acadêmico, realizou-se a busca pelas palavras “Indicação Geográfica” AND “gestão” OR “*performance*”. Obras que apareceram na busca feita no *site* da Amazon não foram novamente relacionadas.

Por fim, utilizou-se o Portal de Periódicos Web of Science para verificar a produção existente. Foram utilizadas como base palavras-chave encontradas em artigos sobre o tema da pesquisa em todos os campos. Entre os descritores de cada uma das palavras, foi empregado o operador booleano OR.

A coleta de dados ocorreu em 29 de junho de 2023. Os artigos não foram separados por área. Inicialmente, a pesquisa resultou em 2.079 artigos. Após definição dos critérios de filtragem, 2014-2023 e artigo, a pesquisa resultou em 1.347 artigos. Foram excluídos dois artigos duplicados e 106 artigos indisponíveis ou pagos, totalizando 1.239 artigos. A segunda etapa consistiu na importação dos 1.239 artigos para o *software* NVivo para codificação e categorização dos dados.

Após a codificação e a categorização pelo *software*, foi realizado um processo de filtragem, mantendo apenas as palavras relacionadas aos objetivos da pesquisa e adicionando à lista de palavras impedidas termos não relacionados ao interesse da pesquisa, como conjunções, advérbios, pronomes e nomes de periódicos.

Em seguida, ainda com o auxílio do *software* NVivo, foram selecionados os cinco artigos com mais menção à palavra “*management*” (gestão) em todo o texto, retornando os artigos nomeados como 1176, 558, 1034, 770 e 290; procedeu-se da mesma forma com a palavra “*performance*” (desempenho), retornando os artigos 770, 1176, 6, 558 e 433.

Quadro 1 – Busca na base Web of Science (WOS)

BASE DE DADOS	WEB OF SCIENCE (WOS)
Descritores para Indicação Geográfica (Palavras de busca)	Protected Geographical Indication; Protected Designation of Origin; origin certification; designation of origin; geographical indication; indication of origin; indication of provenance.
String de busca	"Protected Geographical Indication" OR "Protected Designation of Origin" OR "origin certification" OR "designation of origin" OR "geographical indication" OR "indication of origin" OR "Indication of provenance".
Filtro de pesquisa	2014-2023; termos de pesquisa em qualquer campo (todos os campos); somente artigo.
Data de desenvolvimento	29 de junho de 2023
<i>Softwares</i> e pacotes	NVivo

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023)

3 Resultados e Discussão

Neste tópico são expostos os resultados da prospecção. A princípio apresenta-se o estado da técnica, constantes nos Quadros 2 e 3, posteriormente, tem-se o estado da arte.

A prospecção do estado da técnica originou-se da necessidade da busca por produtos existentes no mercado que abordassem a proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras pós-concessão do registro. Foram realizadas buscas principalmente na Amazon, devido à sua variedade de produtos e no Google Shopping.

A partir da busca na Amazon, foram encontrados 17 produtos, os quais estão expostos no Quadro 2¹. Verificou-se que tais produtos têm como temática indicação geográfica, porém nenhum deles teve como finalidade propor modelo de gestão para organizações integrantes de IGs brasileiras pós-concessão do registro.

Com relação à busca realizada no Google Shopping, foram encontrados produtos relacionados à temática indicação geográfica, porém, nenhum deles aborda a proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras pós-concessão do registro. Obras que apareceram na busca realizada na Amazon não foram novamente aqui relacionadas. No Quadro 3 consta o resultado final da busca (cinco produtos).

¹ Obras ordenadas por relevância pelo próprio *site* Amazon.

Quadro 2 – Produtos disponíveis na Amazon

TÍTULO DA OBRA	ANO	AUTOR	ASSUNTO
Indicações Geográficas: A Proteção do Patrimônio Cultural na sua Diversidade	2017	Rocha Filho, S. A.	Definição de IGs, Natureza jurídica, Regulação de IGs no mundo.
Indicações Geográficas e o Direito da Regulação e da Concorrência	2019	Melo, R. D.	Estudo das indicações geográficas (IGs) sob o viés do Direito da Regulação e da Concorrência.
Indicações Geográficas, Signos Coletivos e Desenvolvimento Local/Regional – Vol. 2	2019	Vieira, A. C. P. <i>et al.</i>	Proteção jurídica e a aplicação do princípio da especialidade envolvendo a Indicação Geográfica. Proteção das IGs.
Propriedade Industrial e a Proteção dos Nomes Geográficos – Indicações Geográficas, Indicações de Procedência e Denominações de Origem	2007	Gonçalves, M. F. W.	Os efeitos do reconhecimento da IG. O modelo do Vale dos Vinhedos. A IG e o mercado competitivo.
Indicações Geográficas: Tradição e Desenvolvimento	2020	Anjos, L. C.	Fundamentos teóricos e discussões contextuais, reconstruídas a partir das indicações geográficas e suas intersecções com o comércio, desenvolvimento e regimes de cooperação internacional.
As indicações geográficas e os possíveis impactos nas relações de consumo no Brasil: uma análise a partir dos vieses da sustentabilidade	2021	Silva, C. M. <i>et al.</i>	O potencial das Indicações Geográficas de subverter a lógica consumerista para atender aos vieses da sustentabilidade a partir da releitura de instrumentos de mercado e uma análise dos conceitos que circundam a produção e os impactos do consumo no contexto atual para além da natureza meramente econômica.
Indicações Geográficas: breves reflexões	2021	Saldanha, D. S. C.	Situação das Indicações Geográficas, especialmente, após o reconhecimento. São apontados dados quanto a efetividade da implementação e a realidade inovativa pós a obtenção da indicação geográfica.
Indicações Geográficas. Desafios e Perspectivas nos 20 Anos da Lei de Propriedade Industrial	2016	Locatelli, L.	Discussões atuais sobre a experiência brasileira no reconhecimento e consolidação de Indicações Geográficas nacionais desde a promulgação da Lei n. 9.279/1996 – Lei de Propriedade Industrial – até os dias atuais.
Indicações Geográficas – A Proteção Jurídica Sob a Perspectiva do Desenvolvimento Econômico	2007	Locatelli, L.	Visão jurídica e econômica das indicações geográficas.
25 anos de indicações geográficas no Brasil, vol. 1: da proteção dos nomes geográficos a criação dos territórios georreferenciados	NA	Reis, L.	Análise do processo histórico das IGs e análise das quatro fases da justificação da IG segundo o INPI.
Indicações Geográficas: dois estudos na América do Sul	2019	Almeida, A. C. R.	Tese de doutorado que busca demonstrar que para o êxito na implementação e obtenção do selo de reconhecimento de uma Indicação Geográfica (IG) é necessário que os atores tenham uma reserva significativa de capital social.

TÍTULO DA OBRA	ANO	AUTOR	ASSUNTO
25 anos de indicações geográficas no Brasil, vol. 2: tipologia dos territórios georreferenciados e produção tradicional	2021	Reis, L.	Cataloga-se todas as experiências brasileiras, entre os anos de 1996 até 2015, e por meio de estudo comparativo, das diversas experiências realizadas nos territórios reconhecidos com uma IG, constrói-se uma tipologia que identifique a relação entre IG e renda de monopólio.
(In)Existência de Indicação Geográfica e (des)Instrumentalização do Direito Fundamental ao Desenvolvimento	2023	Menezes, A. F. C.	Após investigar se (in)existe barreiras simbólicas a serem ultrapassadas para que se tenha o advento de uma indicação geográfica, e para que esta concretize seu viés desenvolvimentista, o autor enuncia o desenvolvimento socioeconômico sustentável local como liberdade, e propõe, como mecanismos à solução das barreiras simbólicas identificadas, sejam implementados, a partir de uma postura constitucional emancipatória.
Indicações Geográficas. Qualidade e Origem nos Mercados Alimentares	2013	Niederle, P. A.	Analisa o recente desenvolvimento das indicações geográficas no Brasil.
Quero ‘Patentear’ Minha Marca: desmistificando a Propriedade Industrial (Marca, Patente, Desenho Industrial, Indicação Geográfica)	2022	Leite, F. L.	Informações compiladas sobre a Propriedade Industrial.
Propriedade Intelectual: o Desenvolvimento Regional sob a óptica do Reconhecimento da Indicação Geográfica e o Case do Vale dos Vinhedos.	2013	Thaines, A. H.	Aprofundar o estudo do desenvolvimento regional sob a perspectiva do reconhecimento da indicação geográfica.
A Gestão de <i>Design</i> e o Direito de Propriedade Industrial Brasileiro: Uma abordagem para identificação e proteção por meio de marca e indicação geográfica	2015	Alber, N.; Eugenio, M.	Sugere que o processo de gestão de indicação geográfica em seus pontos de contato seja similar ao processo de gestão de marca (branding). Busca-se em todo livro um diálogo permanente com a realidade de micro e pequenas empresas e de como estas podem se valer de um processo de gestão de marca.

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023)

Quadro 3 – Produtos disponíveis Google Shopping

TÍTULO DA OBRA	ANO	AUTOR	ASSUNTO
A Indicação Geográfica como indutora da organização dos pequenos produtores: o caso “Café das Montanhas do Sul de Minas Gerais”	2021	Batista, L. A.	Traz três municípios na região do Sul de Minas (Campestre, Machado e Poço Fundo), que após um mapeamento realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa) e com o apoio de outros atores envolvidos, formaram uma associação e, com o incentivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (Ifsuldeminas), estão buscando, através da modalidade de Indicação de Procedência (IP), a aprovação de INPI para o café produzido nesta região.

TÍTULO DA OBRA	ANO	AUTOR	ASSUNTO
NBR16536 – Indicação Geográfica – Orientações para estruturação de Indicação Geográfica para produto	2016	ABNT	Fornecer orientações para a estruturação de Indicações Geográficas (IG) para produto, compreendendo a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem, bem como a orientação para a elaboração dos documentos que podem subsidiar o pedido de reconhecimento formal da IG.
NBR16479 – Indicação geográfica – Terminologia	2016	ABNT	Estabelece os termos e definições utilizados no âmbito das indicações geográficas.
Indicações Geográficas Brasileiras	2014	Giesbrecht, H. O. <i>et al.</i>	Publicação desenvolvida pelo Sebrae e INPI, para divulgar as Indicações Geográficas registradas.
Indicações Geográficas – Regulamentação Nacional E Compromissos Internacionais	2014	Martins, C. B. V.	Estuda a figura das indicações geográficas (IGs) com foco em sua progressiva e atual regulamentação nacional e internacional, nas discussões nos foros multilaterais, bem como na situação brasileira de reconhecimento das indicações geográficas, evidenciando-se as potencialidades que se oferecem ao país por meio dos esforços para reconhecimento nacional e internacional de seus nomes geográficos.

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo (2023)

Com o propósito de verificar o estado da arte, foram feitas buscas sobre as produções científicas existentes na literatura nacional e internacional. As bases de dados do INPI e de outros atores atuantes na temática foram analisadas (Sebrae, Embrapa, MDA), além de analisar bases de dados de artigos nacional, Google Acadêmico e Plataforma Sucupira, e a base internacional do Portal de Periódicos Web of Science.

No *site* da Embrapa, a partir da busca pelas palavras “Indicação geográfica” e “gestão” na aba “Publicações e Bibliotecas”, foram obtidos mais de 2 mil resultados. Por meio de leitura dos títulos e resumos, identificou-se que, em sua maioria, os estudos se referem à análise de uma IG específica, seu regulamento, seu painel de indicadores, perspectiva territorial, diagnóstico, etc. Outros estudos analisam possíveis indicações geográficas. Porém, não foram encontrados resultados sobre proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de IGs brasileiras.

Em parceria com o INPI, o IBGE lançou o Mapa das IGs do Brasil que representa cartograficamente as localidades no país que tiveram registro de IG concedidos pelo INPI. No entanto, a última atualização data de 2019. Além disso, esse mapa não possui nenhuma relação com gestão de IGs. Já no *site* do INPI, na aba Marca, a partir da busca pelas palavras “Indicação Geográfica”, não foram encontrados resultados.

Na aba patentes, foi encontrado um resultado (Transmissão com Indicação de Área Geográfica). A patente requerida volta-se para um dispositivo de transmissão que determina uma localização geográfica.

Já a base de dados Indicação Geográfica possui informações sobre a lista das indicações de procedência e denominações de origem concedidas, o andamento dos pedidos de IGs, os certificados de IGs, as fichas técnicas de IGs, catálogo das IGs, mapa interativo de IGs e o mapa das IGs brasileiras. Esses três últimos foram desenvolvidos cada um por um parceiro diferente.

O catálogo das IGs é produzido pelo Sebrae e possui dados sobre os registros de IG: história, território, características do produto/serviço, desempenho, contato da entidade gestora, fotos, dados técnicos e *link* de acesso aos Cadernos de Especificações Técnicas.

O Mapa Interativo das IGs é organizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e permite visualizar lugares associados a produtos ou serviços típicos relacionados ao uso de Signos Distintivos, sejam eles IG ou Marcas Coletivas (MC). O Mapa das IGs é disponibilizado pelo IBGE e representa cartograficamente as localidades no Brasil que tiveram registro de IG concedidos pelo INPI. Porém, ressalta-se que a última atualização data de 2019. Nenhum desses acima mencionados abordam proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras.

O INPI também publica documentos como manual, portarias e revistas. Nesse sentido, referente à consolidação de IGs, há a Portaria INPI/PR n. 4, de 12 de janeiro de 2022, que dispõe sobre condições para o registro das Indicações Geográficas, a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas. O Manual tem por finalidade consolidar diretrizes e

procedimentos de exame de IG, bem como instruções para a formulação de pedidos de registro e acompanhamento de processos no INPI.

Por sua vez, o Sebrae possui uma plataforma denominada DataSebrae com dados sobre IGs Brasileiras. Nessa plataforma, há a definição do que é uma IG, quais são as denominações de origem e indicações de procedência brasileiras, existe ainda um painel interativo das já registradas, informações sobre como implementar uma IG (conceitos, registros e alterações, controle e caderno de especificações), dados sobre eventos e publicações relacionadas ao tema. Destaca-se que não foi localizado nessa plataforma algo que esteja relacionado à proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras.

No Google Acadêmico, foram encontrados 5.720 resultados, ordenados por relevância pelo próprio site. Alguns dos que possuíam maior familiaridade com o objetivo proposto neste estudo, tendo por parâmetro a análise do título, do resumo e das palavras-chave, estão descritos a seguir:

- a) Artigo: *Indicação geográfica como estratégia de gestão do agronegócio*; ano 2016; autora: Liária Nunes da Silva. Objetivo/metodologia: Mapear as condições potenciais de gestão e planejamento da produção frutífera no Assentamento Marrecas mediante solicitação de Indicação Geográfica para a Uva. Foram realizadas visitas ao Assentamento Marrecas para conhecer suas estruturas organizacionais e identificar o papel das associações na administração e comercialização da produção, buscando perceber a capacidade gerencial de uma futura Indicação Geográfica para a produção de uva.
- b) Artigo: *Fatores intervenientes na implementação de ações estratégicas para a promoção do selo de indicação geográfica das panelas de barro de goiabeiras*; ano 2014; autores: Camila Dalla Brandão. Objetivo/metodologia: Baseando-se nas teorias sobre estratégia e implementação de estratégias, analisa os fatores intervenientes que contribuem para o sucesso da implementação do Plano de Apoio à Gestão da indicação geográfica das Panelas de Barro de Goiabeiras. Os dados foram coletados nos documentos (plano de ação do Sebrae/ES, Livro dos Saberes e relatórios desenvolvidos por consultores especializados) e por meio de entrevistas com seis agentes de políticas públicas e cinco paneleiras, envolvidos na elaboração e implementação do plano de ação. Do Plano de Apoio à Gestão da IG das Paneleiras de Goiabeiras, foram agrupadas três ações estratégicas buscando identificar em que medida os fatores intervenientes afetaram a implementação

de cada ação estudada: Ação 1: fortalecimento dos aspectos culturais do produto, Ação 2: fortalecimento dos aspectos sociais do produto e Ação 3: fortalecimento dos aspectos econômicos associados à diferenciação por IG.

- c) Artigo: *A indicação geográfica dos artesanatos em capim dourado da região do Jalapão do estado do Tocantins sob o enfoque dos princípios da boa governança dos common-pool-resource*; ano 2017; autores: Luecia Pereira Silva; Waldecy Rodrigues. Objetivo/metodologia: Analisar o ambiente institucional relacionado a Associação dos Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão, Estado de Tocantins (Areja), no processo de obtenção do registro de Indicação de Procedência para os artesanatos em capim dourado, da Região do Jalapão tocantinense. O ambiente institucional desenhado para a Areja foi configurado em meio a forte intervenção estatal, em que prevaleceu a não participação coletiva, sem o apoderamento dos atores em relação ao instrumento de identificação geográfica, culminando em um sistema de monitoramento e fiscalização fraco, imprimindo fragilidade institucional no processo de gestão da Indicação de Procedência dos artesanatos em capim dourado. O estudo mostrou-se importante ao demonstrar a necessidade de promover a participação coletiva, no processo de construção de regras, para a gestão dos recursos de uso comuns.
- d) Artigo: *Indicação geográfica como instrumento de criação do conhecimento nos vales da uva goethe*; ano 2013; autores: Cristina Keiko Yamaguchi; Adriana Carvalho Pinto Vieira; Kelly Lissandra Bruch; Neto, Roseli Jenoveva Neto; Melissa Watanabe; Zeli Felisberto. Objetivo/metodologia: Verificar como a indicação de procedência pode contribuir para a criação do conhecimento na vinicultura e vitivinicultura, a partir do estudo de caso com produtores da região da IPVUG. Nas entrevistas, foram apontadas criação e alterações de rotinas e atividades, uma vez que os produtores passaram a executar novas regras e procedimentos documentados, seguidos por todos os produtores, oriundos de um estudo conjunto para garantir a qualidade desejada.
- e) Artigo: *Modelo de estratégias de gestão para utilização em indicação geográfica de rendas e bordados*; ano 2019; autores: Ilka Maria Escalante Bianchini. Objetivo/metodologia: Caracterizar o perfil das associadas e das associações de Rendas Irlandesa, Renascença e do Bordado Filé, procurou relacionar o nível de alinhamento estratégico delas com seus mercados, objetivando desenvolver um modelo teórico de gestão e estratégias que promovam

a adequação e a integração entre mercado e estrutura administrativa das associações.

- f) Artigo: *Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança*; ano 2015; autores: Amanda Borges de Oliveira. Objetivo/metodologia: Investigar de que modo as IGs poderiam contribuir para a proteção de produtos derivados de conhecimento tradicional no contexto da alimentação e da agricultura, no caso da farinha produzida em Bragança, no Pará. Para a concretização da proteção de produtos da agrobiodiversidade, obtidos a partir de conhecimento tradicional, faz-se necessário que o projeto de Indicação Geográfica e sua gestão posterior estejam pautados em uma ideia de desenvolvimento territorial, vislumbrando os diversos aspectos que circundam o produto.
- g) Artigo: *Governança territorial em experiências de indicação geográfica: análises e prospecções*; ano 2016; autores: Cilmaria Correa de Lima Fante; Valdir Roque Dallabrida. Objetivo/metodologia: Analisar a forma como estão organizadas experiências de associativismo territorial, no caso as de Indicação Geográfica, como uma estrutura de governança territorial. Trata-se de redes horizontalizadas, envolvendo conjuntos de organizações, instituições e atores, com atuação territorial. Tomando como referência a estrutura organizacional da Região do Cerrado Mineiro, fazemos análises e inferências sobre uma possível estrutura de governança para a Indicação Geográfica da erva-mate, no Planalto Norte Catarinense e Centro-Sul do Paraná.
- h) Artigo: *Produção de cacau com indicação geográfica (IG) na região de Linhares/ES: aspectos de governança e qualidade*; ano 2018; autores: Euclides Teixeira Neto; Giuliana Aparecida Santini Pigatto; Giuliana Aparecida Santini Pigatto; Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani; Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani. Objetivo/metodologia: Analisar a estrutura de governança estabelecida entre os agentes vendedores e compradores do cacau – após a obtenção da indicação geográfica (IG) na produção da região de Linhares/ES, verificando-se se a IG traz maior eficiência na transação e coordenação.
- i) Artigo: *Gestão do patrimônio imaterial: reflexões sobre os direitos de propriedades nas indicações geográficas*; ano 2010; autores: Luiz Antonio Staub Mafra. Objetivo/metodologia: A gestão do patrimônio construído coletivamente é permeada por questões e conflitos na forma como este processo é apropriado e como os recursos são explorados. Observando-se as IGs no Brasil, percebe-se uma grande diversidade nas formas de gestão das IGs; no entanto, é possível observar que as iniciativas têm se estruturado em torno de redes de organizações públicas e privadas e se caracterizam pela utilização tanto para agregação de valor no produto, como também na valorização de outros aspectos ligados às potencialidades locais, como no caso do turismo.
- j) Artigo: *Impactos da indicação geográfica na sustentabilidade regional: estudo de caso na região de Salinas*; ano 2013; autores: Marília Inês Nunes Cardieri. Objetivo/metodologia: Verificar a legitimidade da mobilização em torno da obtenção da Indicação Geográfica, envolvendo produtores, Administração Pública, entidades de apoio e instituições de ensino e pesquisa. O estudo de caso evidenciou a falta de indicadores e o estágio embrionário das Indicações Geográficas no Brasil, que ainda não fornecem subsídios suficientes para aferir a consecução de seus objetivos, sendo necessário construir indicadores e realizar benchmarking para verificar sucessos e pontos passíveis de melhoria, respeitando sempre o ritmo e vontade locais.
- k) Artigo: *Indicação geográfica: breves reflexões pós-registro*; ano 2019; autores: Daniela Soares Couto Saldanha. Objetivo/metodologia: Reflexões sobre a situação das Indicações Geográficas (IGs) em âmbito nacional reveladas, especialmente, após a concessão e registro. Destaca-se como objetivo primordial do presente estudo verificar dados quanto a efetividade da implementação das IGs e a realidade inovativa pós a obtenção da indicação geográfica. Também foram determinados fatores demográficos, prazo de duração do projeto, prazo de duração do processo dentro do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), entre outros.
- l) Artigo: *Modelo de inovação aberta focado em indicação geográfica: o caso do aglomerado da pequena indústria de leite no semiárido de Pernambuco*; ano 2020; autores: Suely de carvalho Roma. Objetivo/metodologia: O presente estudo apresentou como proposta estabelecer um modelo de inovação aberta que busca identificar as formas de relações mais produtivas e que agreguem valor, tais como topologia da região, cultura local, estilo de vida em conjunto com os diferenciais dos produtos oferecidos. Busca-se, então, entender como o modelo de inovação aberta, voltada para estruturar procedimentos, facilitará o estabelecimento de ações voltadas para criação de Indicação Geográfica (IG).
- m) Artigo: *Indicação geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades*; ano 2015; autores: Livia Liberato de Matos Reis. Objetivo/metodologia:

Analisar, por meio de estudo comparativo, as diversas experiências realizadas nos territórios reconhecidos nacionalmente com uma IG. Segundo, construir, por meio dessa análise, uma tipologia que identifique a relação entre IG e renda de monopólio.

Os demais resultados, de modo geral, versavam sobre: análise do desenvolvimento econômico a partir do reconhecimento da IG; identificação do potencial de possíveis registros de IG; possibilidade que uma IG possui de estimular o desenvolvimento regional ou o desenvolvimento territorial sustentável; importância da IG de produtos agropecuários; revisão bibliográfica sobre IG; verificação das potencialidades, entraves e demais aspectos relevantes para a implementação da IG; governança em territórios de IG; etc. Ao analisar os resultados obtidos, constatou-se que nenhuma das pesquisas resultaram em proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de IGs brasileiras.

A partir da busca pelas palavras “Indicação Geográfica” AND “Material didático”, foram encontrados 184 resultados. Uma parte considerável dos resultados foram semelhantes aos obtidos a partir da busca pelas palavras “Indicação Geográfica” AND “gestão” OR “performance”. Os demais resultados versavam sobre pesquisas em IGs registradas ou estudos de viabilidade de IGs. Nenhum dos resultados resultou em proposta de modelo de gestão para IGs.

Por fim, apresenta-se o resultado dos artigos que mais mencionaram a palavra “*management*” (gestão) em todo o texto encontrados no Portal de Periódicos Web of Science (artigo 1176, 558, 1034, 770, 290, 6 e 433):

- a) Artigo 1176 – *Responsible and Sustainable Management: A La Carte Serving in Regional Restaurants* (Alimentos de marca local com gestão responsável e sustentável: serviço à la carte em restaurantes regionais); ano 2022; autores: Celso Lopes, João Leitão, Juan Ignacio Rengifo Gallego. Objetivo do estudo: avaliar se a associação de alimentos de marca local e a adoção de práticas de gestão responsáveis e sustentáveis (por exemplo, gestão da qualidade, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa) influenciam o desempenho financeiro de restaurantes regionais ligados à terra de origem.
- b) Artigo 558 – *Sustainability assessment in the food supply chain: study of a certified product in Italy* (Avaliação da sustentabilidade na cadeia de abastecimento alimentar: estudo de um produto certificado em Itália); ano: 2020; autores: Verónica León-Bravo, Federico Caniato e Maria Caridi. Objetivo do estudo: investigar se, como e por que empresas em diferentes estágios da cadeia de abastecimento de alimentos avaliam sua sustentabilidade e o alinhamento da avaliação da sustentabilidade da cadeia de abastecimento (SCS) com as práticas e drivers de SCS. Este artigo estuda o caso do queijo Grana Padano, um dos principais produtos italianos DOP (denominação de origem protegida).
- c) Artigo 1034 – *Finishing season and feeding resources influence the quality of products from extensive-system Gascon pigs. Part I: Carcass traits and quality of fresh loin* (A estação de terminação e os recursos alimentares influenciam a qualidade dos produtos de suínos Gascon em sistema extensivo. Parte 1: Características da carcaça e qualidade do lombo fresco); ano 2021; autores: B Lebre, H Lenoir, S Daré, A Fonseca, K Fève, J Riquet, MJ Mercat. Objetivo do estudo: Avaliou a influência da época de engorda e dos recursos alimentares nas características da carcaça e dos tecidos e na qualidade da carne e do presunto de porcos da Gasconha em sistema extensivo.
- d) Artigo 770 – *Do organizational commitment and consumer satisfaction mediate the relationship corporate social responsibility-sustainable performance? Assessing happiness management in Spanish wineries* (O comprometimento organizacional e a satisfação do consumidor medeiam a relação responsabilidade social corporativa-desempenho sustentável? Avaliação da gestão da felicidade em vinícolas espanholas); ano 2023; autores: Javier Martínez-Falcó, Eduardo Sánchez-García, Bartolomé Marco-Lajara, Luis A. Millan-Tudela. Objetivo do estudo: Analisar o efeito da responsabilidade social corporativa (RSE) no desempenho sustentável (SP), bem como o efeito mediador do comprometimento organizacional (CO) e da satisfação do consumidor (SC) nesse elo. Além disso, as variáveis idade, tamanho e pertencimento a uma Denominação de Origem Protegida (DOP) são incluídas como variáveis de controle para aumentar a precisão das relações causa-efeito em estudo.
- e) Artigo 290 – *Multi-level management of harvest for fresh fruit: the case of Corsican clementine* (Gestão multinível da colheita de fruta fresca: o caso da clementina da Córsega); ano: 2021; autores: Raphaël Belmin, François Casabianca, Laurent Julhia, Jean-Marc Meynard. Objetivo do estudo: Entender melhor os drivers agrônômicos, organizacionais e institucionais que influenciam o manejo da colheita de frutas, usando a colheita de clementina da Córsega como estudo de caso. A indicação geográfica protegida padrão “Clémentine de Corse” é usada

pelos atores locais para definir e fazer cumprir as práticas de colheita apropriadas.

- f) Artigo 6 – *Carbon footprint and economic performance of dairy farms: The case of protected designation of origin farms in France* (Pegada de carbono e desempenho econômico de fazendas leiteiras: o caso das fazendas de denominação de origem protegida na França); ano 2021; autores: Mathieu Lambotte, Stéphane De Cara, Catherine Brocas, Valentin Bellassen. Objetivo do estudo: Avalia os impulsionadores das emissões de gases de efeito estufa e desempenhos econômicos para uma amostra de fazendas leiteiras com Denominação de Origem Protegida na França.
- g) Artigo 433 – *Modelling the group dynamics in the wine industry* (Modelagem da dinâmica de grupo na indústria do vinho); ano 2022; autores: Gabriel Penagos-Londoño, Felipe Ruiz-Moreno, Ricardo Sellers-Rubio. Objetivo do estudo: Uma das principais dificuldades dos gestores de vinhos é entender e interpretar como algumas estratégias e comportamentos empresariais podem afetar o desempenho das empresas. Este estudo visa contribuir para melhorar essas preocupações, examinando a evolução da estrutura competitiva da indústria do vinho ao longo do tempo usando a abordagem da dinâmica de associação de grupo estratégico. São identificados três grupos estratégicos que não fazem parte de uma marca coletiva – Denominação de Origem Protegida – e não investem em campanhas de marketing.

Não foram identificados artigos que abordassem proposta de modelo de gestão para organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras.

4 Considerações Finais

A Indicação Geográfica é um instrumento de propriedade intelectual que pode ser aplicado a produtos e serviços de diversas naturezas. Os arranjos institucionais são dinâmicos e, cada produto envolve meio de produção e de organização que precisa de adaptação de acordo com as suas necessidades e interesses.

Assim como todas as organizações possuem princípios de planejamento, organização, direção e controle (funções organizacionais) para que a administração atinja seus objetivos, acredita-se que as IGs, independentemente do contexto específico e do arranjo institucional de cada produto, possuam elementos que devem ser desenvolvidos com o objetivo de que todos os benefícios característicos desse instrumento de propriedade intelectual sejam apropriados pelos produtores.

A busca de anterioridade tem como propósito verificar o que já existe sobre determinado assunto ou produto que se deseja investigar ou desenvolver. No caso específico, buscou-se verificar o que existe, no estado da arte e no estado da técnica, de publicações, livros, pesquisas ou estudos que abordassem proposta de elementos para o modelo de gestão de organizações integrantes de Indicações Geográficas brasileiras.

Verificou-se que há muitos estudos relacionados ao tema Indicação Geográfica, analisando desde novos potenciais de Indicação Geográfica, orientações para registro, normas de regulamentação, caderno de especificações, etc., porém, conclui-se que não há no mercado, seja no estado da arte ou da técnica, material que oriente a gestão de IGs, sejam elas consolidadas, em estágio de obtenção do registro e para futuros pedidos de registro, independentemente do produto ou serviço, pós-concessão do registro.

5 Perspectivas Futuras

Foram identificados estudos, por exemplo, a tese “*Modelo de estratégias de gestão para utilização em indicação geográfica de rendas e bordados*”, a qual relacionou o nível de alinhamento estratégico das associações com seus mercados, objetivando desenvolver um modelo teórico de gestão e estratégias que promovam a adequação e a integração entre mercado e estrutura administrativa das associações; contudo, assim como os demais estudos, são estudos de casos específicos que não se assemelham ao objetivo proposto na presente pesquisa. Assim, não haverá necessidade de evolução e de adaptação do material didático, visto que não foram encontrados estudos, pesquisa ou material que se assemelhe ao objetivo e produto técnico-tecnológico proposto, reunir informações de forma criteriosa, segmentada e sistematizada de forma a ser um instrumento facilitador de gestão de organizações integrantes de Indicações Geográficas, independentemente do produto ou serviço, pós-concessão do registro.

Referências

- BELMIN, Raphaël *et al.* **Multi-level management of harvest for fresh fruit: the case of Corsican clementine**. 2021. Disponível em: <https://pubag.nal.usda.gov/catalog/7394021>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- BIANCHINI, Ilka Maria Escalante. **Modelo de estratégias de gestão para utilização em indicação geográfica de rendas e bordados**. 2019. 130f. Tese (Doutorado em Ciência da Propriedade Intelectual) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/17252>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRANDÃO, C. D. **Fatores intervenientes na implementação de ações estratégicas para a promoção do selo de indicação geográfica das panelas de barro de goiabeiras**. 2014. 143f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1223>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 maio, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 4 jul. 2023.

CARDIERI, M. I. N. **Impactos da indicação geográfica na sustentabilidade regional: estudo de caso na região de Salinas**. 2013. 299 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130877/330009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CHIMENTO, M. R.; VIEIRA, E. S. F. M.; MOREIRA, G. R. O encontro da tradição com a inovação: a Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos em dois momentos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.rbhdr.com.br/revista/index.php/rbhdr/article/view/2127>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FANTE, C. C. de L.; DALLABRIDA, V. R. Governança territorial em experiências de Indicação Geográfica: análises e prospecções. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 6, n. 2, p. 228-246, 22 jul. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5708/570862514018/html/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicações Geográficas**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/sociedade-e-economia/22920-indicacoes-geograficas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 13 jul. 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Portaria/INPI/PR n. 4, de 12 de janeiro de 2022**. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas, dispõe sobre a recepção e o processamento de pedidos e petições e sobre o Manual de Indicações Geográficas. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Consulta Base de Dados do INPI**. 2024. Disponível em: <https://busca.inpi.gov.br/pePI/servlet/LoginController?action=login>. Acesso em: 13 jul. 2023.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Manual de Indicações Geográficas**. 2023. Disponível em: <https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki>. Acesso em: 23 jul. 2023.

JUK, Y. V.; FUCK, M. P. Indicações geográficas e inovações: um estudo de caso do Vale dos Vinhedos. In: BUAINAIN, A. M.; BONACELLI, M. B. M.; MENDES, C. I. C. (org.). **Propriedade Intelectual e Inovações na Agricultura**. Brasília, DF: INCT/PPED; Rio de Janeiro: CNPq; Faperj; IdeiaD, 2015. p. 187-206.

LAMBOTTE, M. *et al.* Carbon footprint and economic performance of dairy farms: The case of protected designation of origin farms in France. **Agricultural Systems**, v. 186, p. 102979, jan. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308521X20308404>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LEBRET, B. *et al.* Finishing season and feeding resources influence the quality of products from extensive-system Gascon pigs. Part 1: Carcass traits and quality of fresh loin. **Animal**, v. 15, n. 8, p. 100240, 1º ago. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751731121000823>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LEÓN-BRAVO, V.; CANIATO, F.; CARIDI, M. Sustainability assessment in the food supply chain: study of a certified product in Italy. **Production Planning & Control**, p. 1-18, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/ref/10.1080/09537287.2020.1744761?scroll=top&role=tab>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LOPES, W. P. **Propostas de estratégias de marketing para valorização de produtos de indicações geográficas de Alagoas**. 2022. 125f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação, Instituto de Química e Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/11847>. Acesso em: 3 nov. 2024.

LOPES, C.; LEITÃO, J.; RENGIFO-GALLEGO, J. Place-Branded Foods with Responsible and Sustainable Management: A La Carte Serving in Regional Restaurants. **Sustainability**, v. 14, n. 11, p. 6.615, 28 maio 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/11/6615>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MAFRA, L. A. S. **Indicação geográfica e construção do mercado: a valorização da origem no Cerrado mineiro**. 2008. 137f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9514>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MAFRA, L. A. S. Gestão do Patrimônio Imaterial: reflexões sobre os direitos de propriedades nas indicações geográficas. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/170>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MARTÍNEZ-FALCÓ, J. *et al.* Do organizational commitment and consumer satisfaction mediate the relationship corporate social responsibility-sustainable performance? Assessing happiness management in Spanish wineries. **Management Decision**, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.x-mol.net/paper/article/1647402478929195008>. Acesso em: 21 jul. 2023.

NETO, E. T. *et al.* Produção de cacau com Indicação Geográfica (IG) na região de Linhares/es: aspectos de governança e qualidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/3811>. Acesso em: 21 jul. 2023.

OLIVEIRA, Amanda Borges de. **Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança**. 2015. 193f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/6818>. Acesso em: 21 jul. 2023.

PENAGOS-LONDOÑO, G.; RUIZ-MORENO, F.; SELLERS-RUBIO, R. Modelling the group dynamics in the wine industry. **International Journal of Wine Business Research**, 9 maio 2022. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJWBR-09-2021-0049/full/html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

RANGEL, C. *et al.* Indicação geográfica para além do registro: desafios e o papel dos núcleos de inovação tecnológica. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 1, p. 117-139, jan.-mar. 2024. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/3383>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SALDANHA, Daniela Soares Couto. **Indicação geográfica: breves reflexões pós-registro**. 2019. 76f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/46005>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SAUTIER, D.; BIÉNABE, E.; CERDAN, C. Geographical Indications in Developing Countries. **Labels of Origin for Food: Local Development, Global Recognition**. 2011. p. 138-153. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279702922_Geographical_indications_in_developing_countries. Acesso em: 3 ago. 2024.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Indicações Geográficas Brasileiras**. 2014. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SILVA, L. N. **Indicação geográfica como estratégia de gestão do agronegócio**. 2016. 90f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/3428>. Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, L. P.; RODRIGUES, W. A indicação geográfica dos artesanatos em capim dourado da região do Jalapão do Estado do Tocantins sob o enfoque dos princípios da boa governança dos common-pool-resource. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.rbhdr.com.br/revista/index.php/rbhdr/article/view/3233>. Acesso em: 21 jul. 2023.

VENÂNCIO, M. F. D. *et al.* Indicações geográficas e suas contribuições para as políticas públicas regionais. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 9, p. 15.482-15.499, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2804>. Acesso em: 2 nov. 2024.

YAMAGUCHI, C. K. *et al.* Indicação geográfica como instrumento de criação do conhecimento nos vales da uva goethe. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 2, p. 145-160, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4800971>. Acesso em: 21 jul. 2023.

Sobre os Autores

Luliane Machado Cardoso

E-mail: luliane.cardoso@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1555-2170>

Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia em Inovação.

Endereço profissional: MT 121, KM 02, Rodovia Senador Roberto Campos, Novo Diamantino, Diamantino, MT. CEP: 78400-970.

Paulo Augusto Ramalho de Souza

E-mail: paramalho@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4046-2811>

Doutor em Administração.

Endereço profissional: Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração e Contabilidade. Fernando Correa da Costa, s/n, Boa Esperança, Cuiabá, MT. CEP: 78060-000.

Johnata Moraes Figueira

E-mail: johnatamoraesfi@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1090-4365>

MBA em Gestão de Pessoas e Liderança.

Endereço profissional: MT 121, KM 02, Rodovia Senador Roberto Campos, Novo Diamantino, Diamantino, MT. CEP: 78400-970.